

# Arquivos eclesiásticos

José Mattoso | Silvana Pires

In

*A Igreja e a cultura contemporânea em Portugal: 1950-2000.*

Coord. Manuel Braga da Cruz, Natália Correia Guedes.

Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2001.

A Igreja Católica Portuguesa, detentora, até 1834, dos mais importantes arquivos históricos do País, depois dos do Estado, possui hoje arquivos relativamente pobres e nem sempre bem organizados nem bem preservados. Esta apreciação global, que admite, felizmente, exceções importantes, resulta de dois factores principais. Por um lado, a secularização das ordens religiosas em 1834, e dos bens diocesanos em 1911, retirou à Igreja o incalculável património que eles representavam e obrigou-a a começar praticamente do zero a constituição de novos depósitos; os oitenta ou noventa anos seguintes não foram suficientes para refazer um património arquivístico comparável ao anterior. Por outro lado, a depreciação do valor ou do interesse da História recente no âmbito da cultura eclesiástica, levou a que a Igreja atribuísse uma importância reduzida aos arquivos que foi constituindo a partir de documentação administrativa recente; o crescente interesse pela História Contemporânea que se tem verificado durante as últimas décadas nos meios universitários e académicos tardou a penetrar na cultura da Igreja portuguesa, e em muitos sectores é mesmo, ainda, praticamente desconhecido.

Este panorama está, no entanto, a mudar rapidamente, não só em virtude de um crescente interesse pela História actual, sobretudo da parte de congregações e institutos fundados nos séculos XIX e XX, mas também devido a uma tomada de consciência do valor patrimonial dos arquivos, ainda que considerados predominantemente do ponto de vista administrativo e como repositório de informações para efeitos práticos (nomeadamente para uma eficaz actividade pastoral) ou intelectuais (para a preservação da memória como repositório de exemplos a seguir). As iniciativas tomadas pela Universidade Católica em matéria de arquivística eclesiástica nos últimos dois anos suscitaram um enorme interesse em vários sectores do clero. Começam também a aparecer nos meios universitários e académicos estudos e investigações acerca de factos da História Eclesiástica ocorridos nos últimos cento e cinquenta ou cem anos. Enfim o acolhimento ao inquérito sobre arquivos diocesanos e religiosos que serve de base a este texto revelou da parte da maioria dos seus detentores um empenhado interesse em adquirir os conhecimentos técnicos indispensáveis à boa gestão dos arquivos, em ultrapassar os obstáculos que a ela se opõem, e em lançar projectos destinados a criar arquivos históricos devidamente organizados, funcionais e acessíveis.

Por outro lado, a panorâmica observada revela situações muito diversificadas. Como é natural, apresenta-se com características diferentes para os arquivos diocesanos

Na página anterior:  
Arquivo Histórico do Patriarcado  
de Lisboa, depósito

e para os arquivos dos religiosos e religiosas. Dentro de cada uma destas três categorias, encontram-se dados específicos que relativizam ainda mais as generalizações acima feitas, como se verá pelas informações aqui recolhidas.

## Arquivos diocesanos

O conhecimento que pudemos alcançar dos arquivos diocesanos é ainda incompleto. Não pudemos, com efeito, obter informações suficientes sobre alguns fundos importantes, como Viseu, Braga e Évora.

A maioria deles (e provavelmente também os três mencionados) são constituídos sobretudo pelos chamados «Extractos» dos registos paroquiais de baptismo e de processos de casamento iniciados em 1911 (ou nas datas da criação das dioceses mais recentes, como é óbvio) e depositados nas respectivas câmaras eclesiásticas. É sempre a documentação mais volumosa. Na maioria dos casos ela compreende a maior parte de conjuntos normalmente superiores à centena de metros, e que podem ir, como no caso do Patriarcado de Lisboa, até perto dos novecentos metros. Junto com esta documentação, encontram-se sobretudo licenças para celebração de festas e de baptizados, licenças várias de outros géneros, processos de ordenação, actas de colação de párocos, processos individuais dos membros do clero da diocese, etc. Os processos de ordenação, que continuam os antigos processos *de genere*, começam frequentemente no século XVIII. Muitos dos «arquivos históricos diocesanos» não incluem a documentação relativa à administração episcopal (que abrange matérias tão importantes como a correspondência com a Santa Sé, a correspondência com autoridades civis, a pastoral diocesana, a administração patrimonial e financeira, etc.), nem os processos pessoais dos membros do clero, considerada, em geral, como pertencendo ao arquivo pessoal do bispo. Esta documentação parece, salvo honrosas excepções (como em Aveiro, Évora e Beja, por exemplo), perdida ou desorganizada. O mesmo se diga dos espólios pessoais dos prelados, que raramente foram conservados.

Estes indícios de uma efectiva dificuldade em definir a relação entre o arquivo e as funções dos diversos sectores administrativos (nomeadamente a distinção entre a administração episcopal e da burocracia diocesana, e entre documentos privados e documentos oficiais) reflecte-se, obviamente, na organização e na preservação dos respectivos arquivos. A noção de «gestão de documentos» é normalmente ignorada. A avançada idade de muitos dos sacerdotes que desempenham o cargo de chanceler da Câmara Eclesiástica, o facto de muitas vezes exercerem outras actividades sacerdotais que não lhes deixam tempo suficiente para melhorar o serviço arquivístico, as deficientes condições de várias das instalações físicas ou a sua dispersão por salas e locais diferentes, tudo isto vem aumentar ainda mais as dificuldades de proceder a uma correcta gestão dos documentos, ou mesmo à sua simples classificação e preservação. Por isso são de louvar e incentivar os casos em que se conseguiram ultrapassar estas dificuldades, ou em que existem projectos consistentes de constituição de um «arquivo histórico diocesano» digno desse nome, como acontece em Beja, Braga ou Viseu. São particularmente interessantes os exemplos das dioceses que ultrapassaram a fase dos projectos e cujos arquivos estão em pleno funcionamento, com o recurso a pessoal tecnicamente bem preparado, graças aos apoios financeiros que obtiveram para tratar devidamente os seus documentos históricos, como acontece concretamente em Bragança e no Funchal.

Estes casos podem-se considerar particularmente importantes, não só por terem conseguido superar efectivas dificuldades, mas também porque possuem fundos com um evidente interesse. Assim acontece no Funchal onde existem muitos livros e maços desde o princípio do século XVII, como pastorais dos bispos entre 1675 e 1910, registos paroquiais desde 1623, processos de habilitação *de genere* desde 1554 até à actualidade, centenas de maços de dispensas matrimoniais desde 1781, processos de justificação do tribunal eclesiástico entre 1771 e 1955, documentação recolhida de sete paróquias, alguma dela com espécimes do séculos XVII, XVIII ou XIX, etc. Quanto a Bragança, pode-se

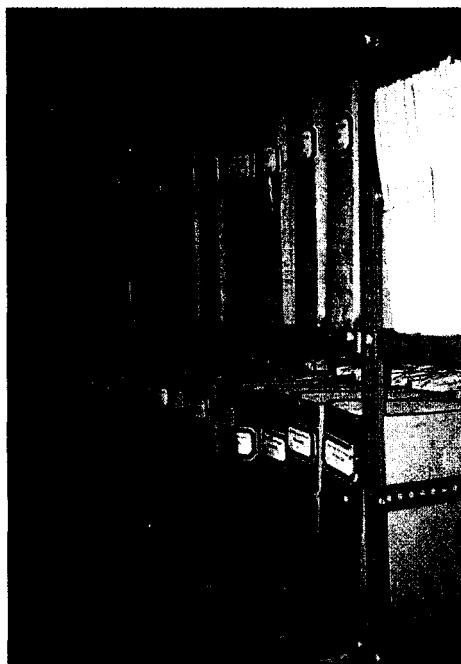
apontar uma excelente colecção de registos paroquiais desde 1552 (quase dois mil livros), de processos de habilitação *de genere* desde 1614 até 1940 (cerca de oito mil), de dispensas matrimoniais desde o século XVIII até à actualidade (cerca de dez mil), de processos de colação de párocos desde 1733 até 1910, vinte e oito livros de visitas desde 1737 até 1886, quase uma centena de livros pertencentes a confrarias desde 1631 até 1946, alguns livros de rendimentos da Mitra entre 1708 e 1946.

Semelhante riqueza documental encontra-se também em Lamego, cujo tratamento, todavia, não está completo. Com efeito, existe aí um grande colecção (cento e cinco metros) de registos paroquiais anteriores a 1912 (desde 1565) e uma quantidade considerável de livros e maços dos séculos XVII a XIX relativos ao cabido, a várias confrarias, processos de habilitação *de genere*, ao tribunal eclesiástico, à bula da cruzada e a outras matérias, a maior parte delas por classificar. De menores dimensões, mas também de considerável valor, é o arquivo da diocese de Santarém, que recolheu uma documentação bastante completa do seminário que funcionou ininterruptamente na cidade desde 1853 até 1974 (ou seja, mesmo durante a República), a que se juntam espécimes outrora pertencentes a igrejas, confrarias e colegiadas (séculos XVII a XIX) – Colégio da Conceição de Clérigos Pobres, Irmandade da Igreja de Santa Cruz, Igreja de São Julião de Santarém, Colegiada de São Salvador –, além de um testamento em pergaminho datado de 1364, em bom estado de conservação.

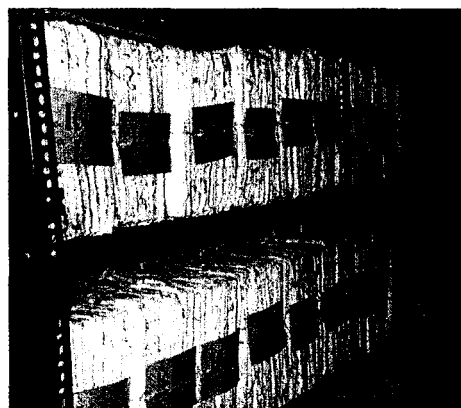
No mesmo sentido, é de assinalar a documentação conservada no Arquivo Histórico da Diocese do Algarve, que inclui maços ou documentos de procedências tão variadas como a Câmara Pontifícia de Goa (1681-1750), alvarás de libertação de presos do Aljube (1750-1754), documentação vária pertencente ao Cabido (1608-1959), e sobretudo ao Bispado (1550-1992). Este conjunto constitui um acervo de milhares de maços e de centenas de livros. O mesmo arquivo possui também um importante conjunto de música sacra dos séculos XVIII e XIX que mereceu atenção espe-

cial e foi devidamente organizado com o apoio da Fundação Gulbenkian.

No Arquivo da Diocese de Portalegre, quer por se ter conservado uma parte da documentação anterior a 1910, quer pelo meritório trabalho de recuperação durante décadas levado a cabo pelo reverendo cónego Manuel Filipe (o qual resgatou muitos documentos e livros que encontrou na posse de particulares e à venda em alfarrabistas) a série dos Registos Paroquiais começa em 1860, a dos processos matrimoniais em 1810, a dos processos de ordenação em 1606, a das colações de párocos em 1615, a dos breves e licenças de ordens em 1718, a das matrí-



Arquivo da Diocese de Portalegre, depósito



culas para a concessão de ordens sacras em 1672, os róis de confessados em 1803, os livros das visitas episcopais em 1700, e os registos antigos da Câmara Eclesiástica no século XVIII. É um dos poucos arquivos diocesanos que possui um inventário da parte mais importante da documentação da Chancelaria.

Em Portalegre, deve-se também mencionar o arquivo independente do Cabido da Sé de Portalegre-Castelo Branco, um dos mais preciosos fundos arquivísticos do Antigo Regime ainda na posse da Igreja e que compreende um acervo documental aparentemente bastante bem conservado e completo. Possui um inventário impresso (1997). A sua importância reside não só na preservação da documentação relativa ao domínio, aos foros, às capelas, aos dízimos, aos autos de posse, às sentenças, aos inventários, às missas, às distribuições aos cônegos, aos benefícios, etc., mas também no facto de incluir uma ampla colecção de livros de visitas, de estatutos, de constituições sinodais (entre elas as de frei Amador

Arrais), de cartas régias (desde D. Manuel), e uma grande quantidade de outros documentos relativos às relações entre o bispo e o cabido. Compreende também documentação relativa ao priorado de Arronches, que pertenceu a Santa Cruz de Coimbra (documentos dos séculos XIII a XV, em treslado), aos bispos da Guarda (que tiveram jurisdição sobre o território antes da criação da diocese, em 1549) – entre eles um livro de matrículas de ordens sacras de 1485-1486 e livros de visitas do fim do século XV e princípio do século XVI – e ainda aquela que pertencia ao cabido da Sé de Elvas (incluindo um ou dois maços de pergaminhos dos séculos XIV e XV e o índice dos documentos do seu arquivo), devido à sua extinção em 1882 e à incorporação dos respectivos bens na diocese de Portalegre. No Arquivo da Diocese de Coimbra preserva-se documentação relativa ao Seminário desde o século XVIII, incluindo a bula da respectiva fundação. Não temos, todavia, informações suficientemente precisas sobre o seu conteúdo.

Mosteiro de São Vicente de Fora,  
Lisboa



O mais rico arquivo diocesano em documentos «antigos» parece ser, porém, o do Patriarcado de Lisboa. Conhece-se uma parte do seu conteúdo mais valioso através de um inventário «provisório» publicado em 1972 pelo reverendo cônego Isaías da Rosa Pereira. De entre os seus documentos mais importantes, podem-se mencionar os dois volumes em que foram reunidos os originais da capela de Maria Esteves na Igreja de Santo André de Lisboa (séculos XIII a XVI), o livro de visitas de Santiago de Óbidos (séculos XV e XVI), o livro dos milagres de São Gonçalo de Lagos (séculos XV-XVI) e o processo de aprovação do seu culto (1760), o processo de beatificação do padre Bartolomeu do Quental, uma considerável quantidade de pergaminhos dos séculos XIV a XVII proveniente do Convento da Graça de Lisboa, do Convento da Madre de Deus em Lisboa, das igrejas de Santiago e São Pedro de Óbidos, da antiga prelazia de Tomar, processos de exames de religiosas dos conventos de Marvila, de Odivelas, dos Mártires (Capuchas), do Sacramento, de Santa Clara, do Salvador, de Santana, de Santa Mónica, de Santa Brígida, de Santa Teresa de Carnide, etc. (séculos XVII-XIX), quase uma centena de volumes com o registo das ordenações desde 1586, doze volumes com o registo das bulas e outras letras apostólicas expedidas para o Patriarcado (1718-1741), vários róis de confessados dos séculos XVII a XIX, outros registos da Câmara Patriarcal do mesmo período, registos de recebimentos na Capela Real (séculos XVIII-XIX), vários volumes procedentes de conventos e mosteiros, entre os quais os Jerónimos, os Carmelitas Descalços, os Mínimos de São Francisco de Paula, os Trinitários, os Irmãos de São João de Deus, os Eremitas de Santo Agostinho, os Franciscanos de várias províncias, uma boa quantidade de volumes do Registo Geral da Câmara Eclesiástica (séculos XV a XIX), várias centenas de livros de visitas desde 1596, etc. Toda esta documentação, que ocupa umas dezenas de metros se encontra no edifício do Campo dos Mártires da Pátria. Acresce a que está actualmente depositada no edifício de São Vicente de Fora, muito mais volumosa (mais de oitocentos metros) constituída por documentação da câmara eclesiástica mas com séries que por vezes ascen-

dem ao século XVI. Esta secção está junta com um fundo considerável proveniente da freguesia de São José de Lisboa (1632-1957) e com algumas caixas da antiga freguesia de Santa Justa e Rufina (séculos XVIII e XIX).

Em várias dioceses encontram-se fundos provenientes da redacção de jornais publicados por iniciativa do respectivo clero, com colecções presumivelmente completas da edição impressa. É o que acontece em Beja com o *Notícias de Beja*, e em Lamego com *A Voz de Lamego*. Mas, em geral, os responsáveis pelos arquivos diocesanos parecem pouco sensíveis à importância que pode ter a preservação de documentos deste género. De uma maneira geral, os responsáveis pelos arquivos diocesanos raramente têm procurado recolher neles documentação proveniente das paróquias, para assegurar a sua preservação. Merecem ser citados os casos excepcionais da Diocese do Funchal e do Patriarcado de Lisboa de sentido contrário; da Diocese de Portalegre-Castelo Branco, onde se levou a cabo uma cuidada preservação do arquivo do cabido; e também o da Arquidiocese de Braga cujo Director tem organizado a inventariação da documentação paroquial com a colaboração de equipas arcepretais integradas por sacerdotes e leigos, e presididas pelos vice-arciprestres. Assinale-se o arquivo da Confraria do Bom Jesus do Monte, inventariado por técnicos de BAD (em fase de conclusão) e o arquivo da Irmandade de Santa Cruz de Braga, cuja inventariação está já concluída, o que permitiu preservar importante documentação datada dos séculos XIV e XV.

### Arquivos das ordens, congregações e institutos religiosos masculinos

O inquérito aos Arquivos Históricos das Ordens, Congregações e Institutos religiosos não podia, devido ao seu grande número, abranger a sua totalidade. Tomámos como critério de ordem prática excluir as instituições cuja província portuguesa (ou circunscrição correspondente) tivesse sido criada depois de 1950 e aqueles que não formam uma província portuguesa indepen-

La Gerarchia Ecclesiastica  
Roma, 1720  
Arquivo da Companhia de Jesus

dente. Assim, das quarenta instituições referidas no Anuário Católico de 1998, obtiveram-se relatórios acerca de catorze, tendo estas, na sua quase totalidade, sido realizados por observação pessoal in loco. Dizem respeito à Companhia de Jesus, à Congregação da Missão, aos Padres Redentoristas, aos Irmãos Maristas, aos Missionários

Combonianos, aos Missionários da Consolata, aos Missionários Capuchinhos, à Ordem Beneditina, à Ordem do Carmo, aos Padres Franciscanos, aos Irmãos de São João de Deus, aos Padres Salesianos, aos Missionários Espiritanos e à Sociedade Missionária da Boa Nova. Infelizmente não foi possível obter informações suficientes acerca do Arquivo dos Padres Dominicanos, no Porto.

De uma maneira geral, trata-se de arquivos relativamente bem organizados (sem dar a esta expressão um sentido técnico) e regularmente actualizados, embora em muitos deles se encontrem núcleos que esperam ainda uma organização futura. As tradições históricas e intelectuais de um grande número deles, muitas vezes pluriseculares, e o carácter internacional da maioria das ordens, congregações e institutos são circunstâncias que contribuem, certamente, para que o panorama arquivístico seja, neste conjunto, mais favorável do que o das cúrias diocesanas.

Trata-se, também, em geral, de arquivos de dimensões reduzidas. Enquanto os diocesanos podem atingir ou até exceder a centena de metros lineares, a maioria dos dos religiosos fica-se pelos dez a quarenta metros. São também arquivos que revelam menor complexidade de funções. Os superiores cumprem mandatos temporários curtos (e não vitalícios, como os dos bispos), o que exige uma certa despersonalização das suas funções, maior continuidade administrativa e maior uniformização de critérios na constituição de séries documentais. O essencial do arquivo gira em torno das séries relativas aos membros da congregação ou instituto (processos pessoais) e às casas. A especialização pastoral de cada uma das casas pode inspirar o tipo de documentação classificada no respectivo item. Em contrapartida, é frequente, nas ordens, congregações e institutos religiosos, encontrar-se uma memória histórica mais precisa e mais bem cultivada do que nas dioceses, o que pode levar a sobrepor os critérios «históricos» baseados no conteúdo intelectual dos documentos aos critérios ditados pela sua função administrativa. O cuidado posto na preservação da documentação parece extremamente variável. Enquanto

L A

# GERARCHIA ECCLESIASTICA

CONSIDERATA  
NELLE VESTI SAGRE, E CIVILI

Ufate da quelli, li quali la  
compongono,

*Espreffe, e spiegate con le Imagini di cia-  
scun grado della medesima;*

*M. Tomati del: An OFFERTA Cels. Inscrit:*

ALLA MAESTÁ  
D I  
GIOVANNI QUINTO  
RÉ DI PORTOGALLO,  
E DELL'ALGARVE &c.

Dal P. Filippo BOMANNI della Compagnia di Gesu'.

1777

IN ROMA, MDCCXX.

Nella Stamperia di Giorgio Placho, Intagliatore e Gettatore di  
Caratteri, presso S. Marco.

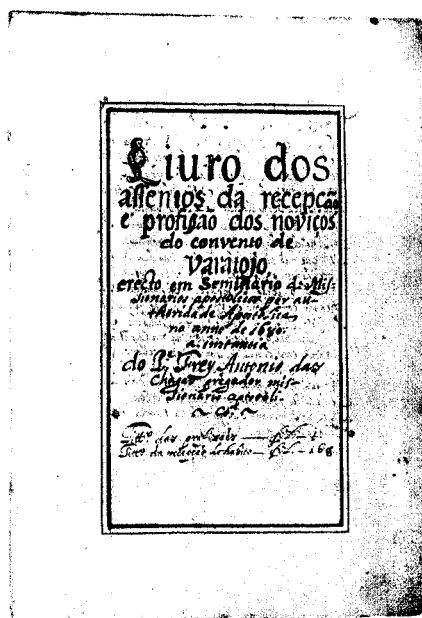
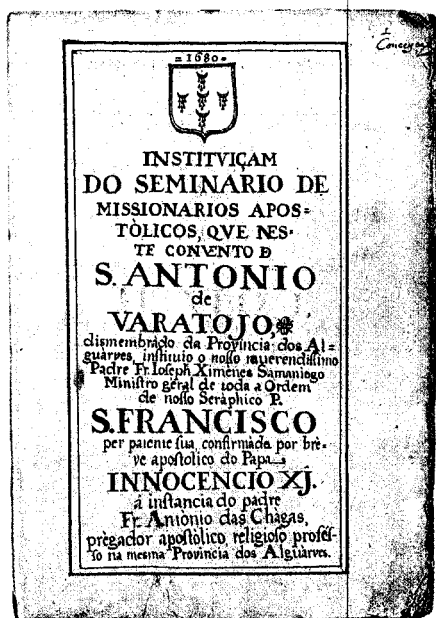
COM. LICENZA DE SUPERIORI.  
A spese del medesimo Stampatore.

Livro sobre Ordens Religiosas II  
Século XVII  
Arquivo da Companhia de Jesus



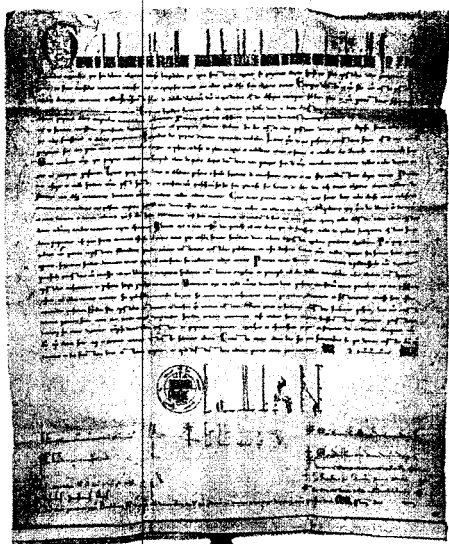
na Sociedade Missionária da Boa Nova se nota uma considerável preocupação com a preservação da correspondência, não se verifica o mesmo na maioria dos outros arquivos de religiosos, onde esta série é reduzida. Este fenómeno revela critérios de preservação e eliminação bastante selectivos. Os tipos de documentos mais bem preservados são as actas e decisões de capítulos gerais ou provinciais e de assembleias de vários tipos, a documentação oficial trocada com as várias autoridades eclesiásticas ou civis, os processos pessoais dos membros da ordem, congregação ou instituto e a documentação referente às diversas casas (existentes ou extintas). O facto de em algumas ordens ou institutos, uma parte da documentação oficial de interesse geral ser impressa em revistas ou boletins, onde a respectiva informação se encontra condensada, explica a supressão das peças que lhe deram origem. Em vários arquivos encontram-se materiais gráficos ou audiovisuais. Refiram-se os casos da Companhia de Jesus (quatro metros e meio), dos Salesianos (dois metros) e sobretudo dos Missionários Combonianos (vinte e um metros e meio). Este último explica-se por o arquivo provincial incluir o fundo da revista *Além-mar*, na qual a documentação gráfica desempenha um papel fundamental.

De uma maneira geral, os religiosos possuem poucos ou nenhuns documentos anteriores à fundação em Portugal das suas primeiras casas depois da República. Há, todavia, excepções que merecem uma menção especial. Assim, a Companhia de Jesus conta com uma documentação relativamente abundante para o século XIX (desde 1846), incluindo séries relativas a províncias a que esteve ligada (Província Castelhana, 1859-1882, e Província Brasileira, 1911-1960), necrológios (uma série desde 1859, outra desde 1876), cartas do Geral (desde 1867), cartas do Provincial (desde 1862), memórias das Missões (desde 1881), etc. A Ordem Beneditina tem bastante documentação desde o fim do século XIX relativa aos mosteiros fundados depois da restauração em Cucujães e em Singeverga. A Ordem Franciscana possui registos de Admissões e Profissões desde 1861, Necrológios desde a mesma data, Actas do Visitador Geral de 1893, documentos relativos do Seminário de Vinhais de 1754 a 1956, e ao convento do Varatojo de 1566 a 1890. Os Irmãos de São João de Deus, guardam uma ampla colecção de processos pessoais dos seus membros desde 1885. Os Padres Salesianos reuniram documentação sobre as suas casas desde 1880. Os Missionários Espiritanos preservaram diários das suas casas, actas do



Assentos do Varatojo, 1679-1680  
Arquivo do Seminário dos Missionários Apostólicos do Varatojo

Bula datada de 1234  
Arquivo da Sociedade  
Missionária da Boa Nova,  
Cernache do Bonjardim



Conselho Provincial, Registos do Pessoal e as diversas comunidades e outros documentos desde 1890, embora em séries não organizadas.

Uma das partes mais interessantes dos arquivos de religiosos é constituída por documentação reunida com o intuito de preservar a memória histórica, quer de fases recentes, quer de épocas mais antigas. Em alguns casos, estas colecções resultam do trabalho de religiosos especialmente interessados por este objectivo, e cujo nome se recorda como personalidade dominante na constituição do arquivo. Tal é o caso do reverendo padre Bráulio Sousa Guimarães para a Congregação da Missão, do reverendo padre Frederico Peirone para os Missionários da Consolata, de D. Gabriel de Sousa para a Ordem Beneditina, de frei António do Rosário para a Ordem Dominicana ou do padre António Brásio para os Missionários Espiritanos. Nos arquivos em que estes religiosos trabalharam, e nos de outras ordens e congregações guardam-se, quer apontamentos históricos e fotocópias de documentos depositados em acervos documentais alheios (por exemplo no das respectivas casas fundadoras, em Roma ou noutros países, nas cúrias gerais das mesmas ordens ou em arquivos públicos), como sucede na Congregação da Missão

em Portugal (séculos XVII a XIX), no Arquivo Histórico Dominicano no Porto, ou nos Missionários Espiritanos em Lisboa.

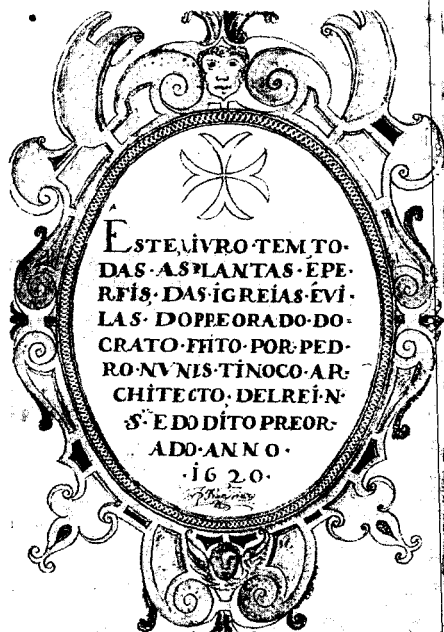
Podem-se mesmo encontrar, em alguns casos, documentos originais antigos. Estes podem ter sido conservados desde sempre pela respectiva ordem, oferecidos por particulares seus possuidores ou comprados a alfarrabistas depois de terem estado na mão ou sido coleccionados por pessoas privadas durante os séculos XIX e XX. Assim, a Companhia de Jesus constituiu um pequeno núcleo com cartas e documentos vários desde o tempo de São Francisco Xavier, que inclui, entre outros espécimes, uma carta autógrafa de São João de Brito e o Livro de Visitas do Provincial ao Colégio de Santo Antão de 1643 a 1756. No mosteiro de Singeverga encontra-se uma excelente colecção de documentos relativos à antiga Congregação de São Bento de Portugal desde 1567, entre eles livros com Actas dos Capítulos Gerais, cartas de profissão monástica desde o século XVI, uma crónica do Mosteiro de Tibães da autoria de frei Marceliano da Ascensão (1745), um conjunto de grande valor de apontamentos coligidos pelo erudito frei Francisco de São Luís (cardeal Saraiva), e toda a secção dos documentos avulsos (série das Gavetas) do antigo Mosteiro de Bustelo. Este último conjunto compreende uma nutrida colecção de pergaminhos que vai de 1199 ao século XVI, e um documento original de 1065, tudo isto com o respectivo inventário redigido por frei António da Assunção Meireles no princípio do século XIX, e com a respectiva Crónica, da autoria do mesmo erudito. Este precioso fundo proveniente do Mosteiro de Bustelo tinha sido preservado na casa particular do último abade, que teve de encerrar o mosteiro, e aí ficou guardado até ser entregue pelos seus herdeiros ao Mosteiro de Singeverga em 1952.

No Arquivo Histórico da Província Portuguesa da Ordem Franciscana pode-se consultar o Processo de Beatificação do venerável frei António das Chagas (séculos XVII-XVIII) e alguma documentação do Convento do Varatojo, incluindo Assentos de 1566. Esta provém, decerto, do próprio Convento do Varatojo, sede dos Missionários Apostólicos Franciscanos criados por frei António das Chagas em 1679 e restaurado, depois da

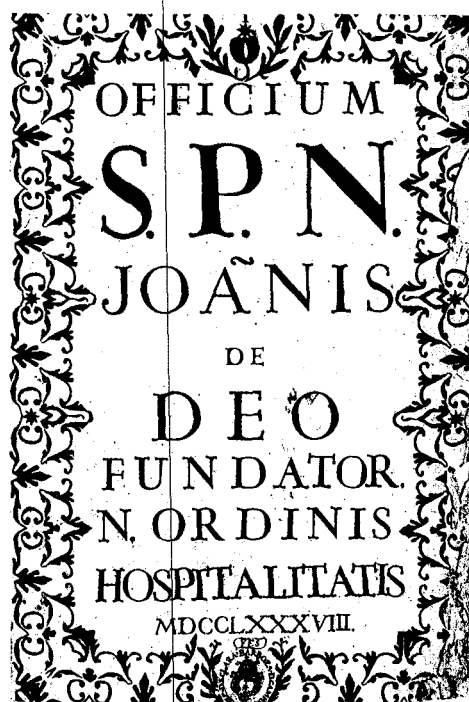


extinção das ordens religiosas masculinas em 1834, por alguns padres do mesmo convento que conseguiram comprar o edifício em 1861. Existe ainda outra documentação com a mesma origem no próprio convento franciscano do Varatojo. Entre o conjunto de códices manuscritos pode-se destacar, por exemplo, a *Chronica da Provincia de Nossa Senhora da Soledade*, de frei Francisco de Santiago (1765?). A Ordem Franciscana possui também uma carta de aforamento passada em 1640 pelo duque de Bragança, poucos meses antes de ser aclamado rei como D. João IV. Deve-se mencionar também o caso de uma das casas da Sociedade Missionária da Boa Nova, o Seminário de Cernache do Bonjardim. Preserva-se aqui uma excelente colecção de livros litúrgicos do Convento das Cónegas Regrantes de Chelas (Lisboa), que aí permaneceu até o respectivo edifício ter funcionado como Colégio Filial das Missões Ultramarinas desde 1881, antes de ter sido transferida para Cernache, assim como alguns livros e documentos de carácter administrativo e religioso do mesmo convento (entre eles uma bula original datada de 1234, uma carta de aforamento de 1533, uma carta de confirmação de D. Maria de 1780, os estatutos das religiosas de 1670, e vidas de santos cujas relíquias se veneravam no mesmo mosteiro redigi-

das em 1688). Como o actual Seminário de Cernache sucede ao antigo Colégio das Missões Ultramarinas, fundado em 1855, e este, por sua vez, tinha sido seminário para a formação do clero do grão-priorado da Ordem Militar do Crato (1791-1834), compreende-se que aí se encontre o precioso *Livro das Plantas e Perfis das Igrejas e Vilas do Priorado do Crato*, desenhado pelo arquitecto Pedro Nunes Tinoco em 1620-1621, assim como a biblioteca impressa de D. Manuel Joaquim da Silva, bispo titular de Andrianópolis e fundador do mesmo seminário. Como é óbvio, porém, a maior parte do arquivo (a requerer melhor organização) é constituído por documentação do Colégio das Missões Ultramarinas (séries desde 1850), do Colégio das «Missões Laicas», chamado oficialmente Instituto das Missões Coloniais (1917-1926), em que a República transformou a instituição (séries de 1915 a 1923) e do colégio que as Missões Ultramarinas restauraram em 1927 e que passou a pertencer à Sociedade Portuguesa das Missões Católicas Ultramarinas fundada em 1930 (séries de 1926 a 1991). Não se pode deixar de salientar a importância desta documentação para o estudo da evolução das instituições missionárias durante o difícil período da secularização liberal e republicana e durante as décadas da



Livro das Igrejas do Crato, 1620  
Arquivo da Sociedade  
Missionária da Boa Nova,  
Cernache do Bonjardim



restauração das congregações e institutos religiosos a partir de 1926.

Não é muito vulgar encontrarem-se nos arquivos dos religiosos espólios de alguns dos seus membros falecidos. Podemos, em todo o caso, mencionar pequenos conjuntos deste género na Congregação da Missão, onde se encontram documentos outrora pertencentes ao padre Bráulio Sousa Guimarães, ao padre Sena Freitas, ao padre Sousa Borba, ao padre Fragues e ao padre Barros Gomes (assassinados durante a República); nos Missionários Capuchinhos, onde se guarda o espólio do historiador frei Francisco Leite de Faria; na Ordem Franciscana, com os espólios do cardeal Neto, de D. Rafael Joaquim da Assunção (bispo de Cabo Verde), de D. Teófilo de Andrade (bispo de Nampula) e do historiador padre Fernando Félix Lopes; nos Missionários Espiritanos, que guardaram à parte a documentação do padre António Brásio e do padre Joaquim Alves Correia; na Sociedade Missionária da Boa Nova, com documentos de D. Teotónio (bispo de Meliapor) e do padre Garcez (fundador da Sociedade). Saliente-se o espólio bastante amplo (quase três metros e meio) da documentação constituída por cartas e outros escritos deixa-

dos pelo padre Joaquim Alves Correia, cujo papel intelectual durante o período do Estado Novo é bem conhecido.

Como se sabe a actividade missionária foi sempre importante para os religiosos em Portugal, tanto antes como depois da República. Apesar do clima de hostilidade de que o anticlericalismo do século XIX os rodeou, foi o próprio governo que promoveu a fundação de Missões masculinas e femininas em África, antes e depois de 1910, e que sustentou os colégios das Missões Ultramarinas, que mencionámos mais acima. O governo do Estado Novo, por sua vez, subsidiou os seminários de ordens e congregações que possuíam missões. Por isso, os arquivos dos religiosos consagram algumas das suas séries à sua actividade nesta área. Assim acontece na Companhia de Jesus (séries desde 1881); nos Padres Redentoristas (desde 1953); nos Missionários da Consolata (desde 1965); nos Missionários Capuchinhos (desde 1943); nos Irmãos de São João de Deus (desde cerca de 1950); e, obviamente, nos Missionários Espiritanos (desde 1888), e nos Missionários da Boa Nova (desde 1937). Não se verifica, porém, o mesmo interesse em criar séries documentais com a mesma designação noutras congregações e institutos religiosos que também tiveram actividade missionária.

### Arquivos das ordens, congregações e institutos religiosos femininos

Tal como fizemos relativamente às congregações e institutos religiosos masculinos, tomámos como critério selectivo, proceder ao inquérito apenas nas instituições de direito pontifício, que constituíssem uma província portuguesa independente criada antes de 1950. Dada a grande quantidade de pequenos institutos femininos existentes em Portugal, não é de admirar que, num universo de noventa e sete congregações ou institutos, seleccionássemos apenas catorze, a saber a Congregação das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário e de Santa Catarina (Dominicanas Irlandesas),

Portugal  
VII.º e VIII.º



D. Eug.  
Arenis

2.11.1936

Dia 2 de Nov. de 36

CHATEAU DE BELLEVUE  
Rue de Plazan d'Angoulême  
LE CHEVREY-VERSAILLES  
(SEINE)

Querida Eugénia e Dama d'Alma,  
Viri am, hoje especialmente se ha de lembrar  
de mim; e que d'alma e o as suas  
tas boas orações, has de implorar da  
Divina Misericórdia, allivio e Saboy foy  
dos soffrimentos das almas tão queridas,  
que possam ainda estar no Purgatório.  
Tomado seja Deus ja' não tenha cuidado  
em tão grande coisa - em si; em luy;  
E ainda lly não agradece ambas as  
cartas de 25 de Setembro e 8 d' Outubro,  
que Santa Teresinha me fizeram.

Portugal  
VII.º e VIII.º



D. Eug.  
Arenis

(Vou assim Macho)

comha e seu creador e soberano Mestre  
Redemptor.  
Pode calcular o que sinto, no meio da  
vulgaridade do Mundo - a verdadeira Hespanha,  
digna do seu papado grandioso, a luctar  
contra as demoficiadas forças do Espirito do  
Mal - Portugal tem se portado a' altura.  
Nos seus oráculos não se esqueça da França;  
arado ha tanto bem sempre.  
Conheço Villa de Corda há' muito,  
mas não tenho idea se me não lembra  
de um arcebispo Comente em Villa Ponce de  
Beira - Não sei bem como dirigir  
a carta, por isto puz o que ha de vir  
simultaneamente - G.º Eugénia lembra-se  
de sua Teresinha d'Alma. Amada

Carta dirigida pela  
rainha D. Amélia à madre  
Monfalm, Versalhes, 1936.  
Arquivo do Instituto  
das Irmãs Doroteias.

a Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima, a Congregação das Servas Franciscanas Reparadoras de Jesus Sacramentado, o Instituto das Irmãs de Santa Doroteia, as Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição, a Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor, a Congregação das Escravas do Sagrado Coração de Jesus, a Congregação de São José de Cluny, a Congregação da Filhas da Caridade de São Vicente de Paula, a Congregação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus, a Congregação das Irmãs do Sagrado Coração de Maria, a Congregação das Missionárias Dominicanas do Rosário, a Companhia de Santa Teresa de Jesus (Teresianas), e a Congregação da Divina Providência e Sagrada Família. A quase totalidade das respectivas informações foram recolhidas pessoalmente. Este facto deve ser tido em consideração para não interpretar os dados que aqui apresentamos como representativos da situação arquivística do mundo religioso feminino em Portugal. Na realidade, representam apenas aquele que possui um património arquivístico assinalável. As instituições mais numerosas têm uma estrutura frágil, poucas casas ou poucas religiosas, não consideram necessário adoptar práticas administrativas formais, vivem no dia-a-dia e cultivam pouco a

memória escrita. Noutros casos, de que aqui também não se apresentam testemunhos concretos, as religiosas dependem de províncias estrangeiras ou só muito recentemente se tornaram independentes, o que explica que os seus documentos mais importantes sejam arquivados nas respectivas sedes, fora de Portugal. No conjunto que, segundo tais critérios, seleccionámos, verifica-se, salvas algumas excepções, uma efectiva preocupação em organizar devidamente os arquivos, embora as situações sejam muito diversificadas. Podemos encontrar, por exemplo, um arquivo de dimensões consideráveis, como o das Irmãs de Santa Doroteia, com setenta e dois metros, ao lado de outros com apenas quatro metros ou cinco metros. As dimensões mais correntes, contudo, situam-se entre os dez e os vinte metros.

A maioria está razoavelmente organizada, segundo princípios lógicos, embora normalmente intuitivos. Excepções assinaláveis são o das Dominicanas Irlandesas que tem um catálogo por menorizado, com a descrição peça a peça francamente adiantado feito por uma arquivista profissional, e o das Servas Franciscanas Reparadoras de Jesus Sacramentado, que têm também em adiantada fase de elaboração um inventário tecnicamente correcto.

Estes exemplos tendem a multiplicar-se. Deverão ser seguidos em breve pelas Irmãs do Sagrado Coração de Maria, e pelas Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias. Entretanto, algumas têm já ficheiros detalhados das secções mais importantes dos seus arquivos, como acontece, com a Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima. Num dos casos, o das Escravas do Sagrado Coração de Jesus, existe uma tabela de classificação de origem espanhola, que permite arrumar eficazmente a documentação do arquivo corrente (não existindo, aqui, arquivo definitivo). A Congregação de São José de Cluny, por seu turno, criou uma tabela análoga, muito detalhada. Só nestes casos se pode dizer que as séries estejam agrupadas em secções (no sentido arquivístico do termo).

De uma maneira geral as congregações e institutos femininos que existiram em Portugal antes da República e que foram restauradas depois não possuem documentação referente ao período anterior à restauração. A exceção mais notável a esta regra é a das Irmãs de Santa Doroteia, que conservam registos de correspondência desde 1886, ficheiros individuais das Irmãs desde 1866, notícias necrológicas desde 1874, registos de emissão de votos religiosos desde 1873, diários no noviciado desde 1895, notas biográficas de irmãs desde 1867, correspondência com a Santa Sé desde 1898, actas de capítulos gerais desde 1876, circulares da madre provincial desde 1907, relatórios das visitas das madres gerais à Província Portuguesa desde 1875, e uma conjunto bastante volumoso (trinta e três volumes) com documentação da associação intitulada «Pia Obra de Santa Doroteia» (1888-1949), entre outra documentação bastante variada.

Caso comparável é o das Irmãs Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário (Dominicanas Irlandesas) que, graças ao seu estatuto de súbditas do governo britânico, não foram molestadas durante a República, e que, por isso, conservaram o seu arquivo com documentação desde o século XVII, nomeadamente com uma boa colecção de livros e documentos originais da Real Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de 1704 a 1912, de espécimes sobre o colégio de 1860 até à actualidade, de peças relativas aos supe-

riores da Ordem de 1650 a 1988, de documentos do Patriarcado de Lisboa de 1857 a 1980, da Nunciatura de 1824 a 1962, da priora e do Conselho de 1692 a 1992, da priora-geral de 1955 a 1994, de processos das Irmãs de 1715 a 1979, de títulos de propriedade e documentação relativa a bens imobiliários desde 1642, além de outros manuscritos originais dos séculos XVII e XVIII. A sua consulta pode ser feita nas melhores condições, pois as Irmãs elaboraram roteiros, índices e inventários que permitem um acesso sistemático aos documentos e estão actualmente a completar a sua detalhada catalogação. O arquivo não é extenso (pouco mais de seis metros), mas mereceu às suas detentoras uma atenção muito particular.

Noutros casos existe alguma documentação do mesmo género, mas pode-se considerar de dimensões e importância relativamente reduzidas. Não deixaremos, em todo o caso, de mencionar a existência, no arquivo das Irmãs Franciscanas Hospitaleras da Imaculada Conceição, de alguns documentos sobre o «caso das Trinas» de Lisboa de 1901-1902, outros relativos à fundação da mesma congregação desde 1876, às diversas casas desde 1904, e as actas do conselho desde 1878. Muito pouco, decerto, tendo em consideração a sua rápida expansão e o grande número de casas que tiveram em Portugal desde a sua fundação em 1871. Algo de semelhante acontece com as Irmãs da Caridade de São Vicente de Paula, com circulares e cartas do Superior Geral desde 1871, actas do Conselho geral desde 1858 e com o catálogo geral desde 1871; aparentemente, portanto, sem nenhuma documentação específica sobre o célebre caso das «Irmãs da Caridade» que tanto agitou a cena política portuguesa durante os anos de 1858 a 1862, e com poucos testemunhos para se estudar em que condições regressaram a Portugal alguns anos depois da sua expulsão em 1862. Também se pode dizer o mesmo das Irmãs do Sagrado Coração de Maria com documentação sobre o colégio do Porto desde 1873 e com actas de profissões do mesmo colégio desde 1897, mas aparentemente sem outros testemunhos acerca das outras três ou quatro casas que tiveram em Portugal antes da proclamação da

República. A este respeito mencione-se também o facto de, no arquivo provincial da Congregação de São José de Cluny, que tanta importância teve em Portugal desde a fundação, em 1881, da sua primeira casa, a pedido do próprio governo português de então, para as suas irmãs trabalharem nas Missões, não existir nenhum vestígio de documentação anterior à sua restauração depois da República. Parece acontecer o mesmo com a Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor em que professou a Madre Maria do Divino Coração, mas que também não preservou praticamente nada no seu arquivo provincial acerca da sua obra em Portugal antes de 1910: a julgar pelo levantamento feito não possui nenhum documento anterior a 1927, para além de uma pequena série com documentos relativos às relações com a Santa Sé, com início em 1888.

Entre as congregações e institutos mais recentes, de origem portuguesa nota-se, porém, uma preocupação bastante grande de preservar a memória acerca da fundação e dos fundadores. Assim acontece nomeadamente com as Servas de Nossa Senhora de Fátima, as Irmãs Franciscanas Hospitaleiras do Imaculado Coração de Maria, as Servas Franciscanas Reparadoras de Jesus Sacramentado, as Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias e as Religiosas Reparadoras de Nossa Senhora das Dores de Fátima. Saliente-se particularmente o interesse das Servas de Nossa Senhora de Fátima em estudarem os factos históricos relacionados com a sua fundadora, Madre Andaluz, com o intuito de promover a sua beatificação; das Franciscanas Hospitaleiras que procuram coligir documentos para a beatificação da Madre Maria Clara do Menino Jesus; ou ainda das Irmãs Franciscanas de Nossa Senhora das Vitórias, que criaram no Funchal um arquivo específico acerca da sua fundadora, Irmã Mary Wilson (1884-1916). As Servas Franciscanas Reparadoras também arquivaram cuidadosamente os vinte e um volumes de correspondência entre os seus fundadores, os cento e dois volumes de

correspondência dos mesmos com diversas pessoas e os dez volumes dos seus escritos, o que constitui documentação datada de 1904 a 1980, embora a congregação só tivesse sido canonicamente erecta em 1950.

Note-se também que todas estas congregações e institutos são de fundação recente. Certas ordens mais antigas, como as Monjas Beneditinas e as Clarissas de clausura foram restauradas tardiamente e não parece terem cultivado o costume de preservar a sua memória histórica. A primeiras foram restauradas em Portugal já depois da Concordata e possuem poucas religiosas, sem qualquer ligação com a ordem antiga. As Clarissas ou Franciscanas de clausura tiveram bastantes casas em Portugal durante o século XIX, entre elas algumas de fundação anterior a 1834 que conseguiram reocupar, mas vieram a ser uma ordem com muito poucos conventos depois da restauração no século XX. Também não conseguimos obter informação alguma sobre os arquivos das Carmelitas Descalças, cuja influência na vida religiosa portuguesa no século XX é evidente.

Ao contrário do que acontece com os arquivos dos religiosos, os das congregações e institutos femininos raramente consagram secções ou séries ao trabalho nas Missões, mesmo quando as têm — o que significa, certamente, que as incluem nas séries dedicadas às casas, sem lhes parecer necessário considerá-las à parte. A solução contrária só se encontra na Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor, que reservou uma série para a sua obra em Angola (desde 1963), e nas Irmãs do Sagrado Coração de Maria (desde 1962).

Em conclusão, o panorama dos arquivos das religiosas portuguesas é bastante favorável. A preservação da sua memória histórica parece razoavelmente assegurada e o interesse das religiosas pela aquisição de noções técnicas de gestão documental parece garantir que a situação se tornará ainda melhor num futuro próximo.